



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre processos administrativos resultantes de fiscalizações realizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre processos administrativos decorrentes de fiscalizações realizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Solicita-se que seja informado o seguinte:

- número de empresas que sofreram fiscalização pela ANS no âmbito da “Operação Olho Vivo” nos anos de funcionamento dessa modalidade de fiscalização;
- lista das empresas autuadas por irregularidades fiscais e contábeis nesses anos e quais as providências efetivamente tomadas pelas empresas para sanar tais problemas;
- informações sobre procedimentos de investigação acerca das empresas líderes de mercado na ocasião de venda de carteiras de planos de saúde;
- Lista das empresas que passaram por esse procedimento no corrente ano;
- Os resultados da fiscalização realizada em julho de 2011 na Amico



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Saúde LTDA.

- cópia de inteiro teor do processo nº 33902.425146/2011-11, da Amico Saúde LTDA.

JUSTIFICATIVA

Em 2010 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou, no dia 29 de julho, a Resolução Normativa nº 223, que dispõe sobre o programa Olho Vivo que criava na oportunidade regras claras e publicas para o processo de fiscalização pró-ativa quanto à atuação das operadoras de planos de saúde.

Como foi noticiado pela agência, Núcleos da ANS passaram a ter a atribuição de fiscalizar, em suas áreas de atuação, as 89 operadoras médico-hospitalares líderes de mercado analisando questões econômico-financeiras e aspectos assistenciais.

Entendemos que o conteúdo dessas fiscalizações é de grande importância para o cumprimento das atribuições da Agência, mas também para as atribuições constitucionais do parlamento.

Tendo em vista a relevância da informação solicitada, agradeço a atenção que possa ser dispensada ao pleito, no objetivo de elucidar dúvidas e contribuir para o processo de transparência que um estado democrático exige.

Sala das Sessões, em de outubro de 2013.

Deputado Rubens Bueno
(PPS/PR)